

**ATA, 15.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2022**

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte e duas horas e trinta minutos, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do Edifício.

Membros Eleitos presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira, em substituição de Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição de Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Odete Maria Alves da Silva Patrício; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Francisco Crisóstomo Calheiros, em substituição Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço, em substituição de Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Matilde Gouveia Rocha, em substituição de Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso, em substituição de Patrícia Filipa Moreira Teixeira; João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Nuno Miguel Borges Alves

X
④



Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Marta Maria Pinto Monteiro Vieira de Araújo, em substituição de Maria de Fátima Ferreira da Silva.

Membro Eleito ausente da Sessão: Rui Pedro da Silva Afonso, tendo, após pedido, a ausência sido justificada pela Mesa.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, Nuno Alexandre Areias Gomes, em substituição de João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Às 22 horas e 30 minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 45 Membros** da Assembleia Municipal.

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.**

- PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA -

(n.º 5, art.º 38.º do Regimento)

1. Informações gerais e Expediente

- Minuta e Edital das reuniões da Câmara Municipal de 28 de março e 4 de abril de 2022;
- Nota Técnica da ANAM sobre a apresentação de informação orçamental e financeira municipal pelo auditor externo responsável pela certificação legal de contas; (NUD/198463/2022/CMP)
- Informação MUBI – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta acerca da reconversão das Avenidas Atlânticas no Porto. (NUD/191075/2022/CMP)

2. Voto de Pesar pelo falecimento de António Reis.

NUD/219115/2022/CMP

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, leu o Voto de Pesar: “António Reis faleceu no Porto, a sua Cidade, a 5 de abril, com 77 anos de idade e 52 anos de atividade profissional dedicada ao Teatro e à Cultura.

António Reis nasceu no Porto. Inicia a sua atividade como ator no Grupo dos Modestos, nesta Cidade, em 1964. Poucos anos depois integra como profissional o Teatro Experimental do Porto, onde, entre 1970 e 1973, marcou presença em algumas das produções mais significativas da história da Companhia. Em 1973 foi cofundador, com o encenador espanhol Angel Facio e com Manuela de Melo e Márcia Breia, entre outros atores oriundos do TEP (Teatro Experimental do Porto), o Grupo Independente de Teatro António Pedro e, posteriormente, da Companhia de Teatro Portuguesa Seiva Trupe – Teatro Vivo, com Júlio Cardoso e Estrela Novais. Ajudou, ainda, a criar, em 1977, o FITEI – Festival de Teatro de Expressão Ibérica, Festival que dirigiu artisticamente entre 1988 e 2004 e que permanece ligado à Cidade há 45 edições. Foi igualmente fundador da Academia Contemporânea do Espetáculo e da Casa do Artista/Norte. Ao longo de 52 anos de carreira profissional, integrou o elenco de 82 peças de teatro, sendo em muitas o protagonista

Deixa-nos ficar aclamadas interpretações em palco, de entre muitas outras, “Um Cálice de Porto”, ou “Macbeth” de Shakespeare.

No cinema destaca-se a sua participação em sete das obras do realizador português Manoel de Oliveira. Em formato televisivo representou em filmes, documentários e séries de reconhecido mérito. Para além de ator, foi encenador, cenógrafo, diretor de produção e diretor de cena. Funções que desempenhou, sempre, com grande notoriedade. Viu por 3 vezes as peças que protagonizou serem consideradas “o melhor espetáculo do ano”, nomeadamente com o Globo de Ouro atribuído à peça “Amadeus”, de Peter Schaffer, apresentada no Teatro do Campo Alegre no âmbito da Porto 2001 Capital Europeia da Cultura.

Recebeu várias distinções, entre as quais o Prémio de Interpretação Nacional (1966), a Medalha de Mérito Cultural da Cidade do Porto (1988), o Prémio Prestígio da Casa da Imprensa (1991) e o Grau de Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique (1995). Salienta-se, ainda, o Prémio Lorca (1995), pela Universidade de Granada, Espanha. Em 2016, fez a despedida dos palcos com a representação de Espectros, de Henrik Ibsen, no Teatro Nacional S. João.

António Reis deixa o seu nome ligado de forma indelével à cultura portuguesa, em especial, à memória e à raiz do teatro contemporâneo nesta Cidade. Reconhecendo António Reis como figura maior da Cultura Nacional e – muito especificamente – do Porto e Norte de Portugal, a Assembleia Municipal do Porto reunida em Sessão Extraordinária no dia 11 de abril de 2022, delibera aprovar um voto de pesar pelo seu falecimento, manifestando a sua profunda consternação, exprimindo aos seus familiares e amigos o seu sentido pesar e respeitando um minuto de silêncio em sua memória.”

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, agradeceu a leitura do Voto de Pesar e congratulou-se com o facto de ser um Voto de Pesar conjunto, ou seja, da Assembleia no seu todo.

Reforçou que António Reis ficará incontornavelmente gravado na história da Cultura e do Teatro na Cidade do Porto. Referiu que nos dias seguintes ao seu falecimento foram muitas as vozes da Cidade, nomeadamente atores, que manifestaram a sua tristeza, a sua

consternação e demonstraram o quanto esta figura foi identitária para tantos dos atores da nova geração e o quanto contribuiu para a sua motivação para a Arte.

Tiago Lourenço, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que, infelizmente, esta sua intervenção acontece porque partiu um dos seus, ou seja, alguém que dedicou a sua vida, quase por inteiro, ao Porto. Lembrou a criação da Seiva Trupe, do FITEI e de outros projetos por António Reis, que fica naturalmente ligado à vida artística da Cidade. Sublinhou que a Medalha de Mérito Cultural da Cidade do Porto foi apenas um dos inúmeros prémios que recebeu ao longo da sua carreira e representa apenas um pequeno agradecimento por tudo o que António Reis fez pela Cidade do Porto. Afirmou que, no dia 5 de abril, a sua Cultura, a sua Cidade e o seu País ficaram mais pobres. Declarou que o PSD irá acompanhar este Voto de Pesar e honrar a memória do grande António Reis. Manifestou o seu pesar à família e amigos de António Reis.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, disse que António Reis era, acima de tudo, um ator, que recorda pela intensidade; pela impressão que causava em termos de humor, um humor extremamente agudo, quase gélido, quando era preciso e de um impacto impressionante; e quando abraçava um papel dramático, como fez em Macbeth, com uma qualidade que o colocou entre os melhores atores.

Referiu que a sua geração fica marcada pelo Seiva Trupe, com tudo o que foi a possibilidade de acesso do grande público desta Cidade e desta Região ao Teatro de qualidade; com tudo o que foi de escola e de abertura de oportunidade a novos atores. Sublinhou que o FITEI, também neste seguimento, é um património de altíssima qualidade da Cidade e do País.

Afirmou que ficam mais pobres neste momento, mas ficam sempre mais ricos quando pela vida da sociedade, quando pela sua vida, quando pela vida do Porto e quando pela vida do País passa uma pessoa da dimensão de António Reis, com tudo o que isso significa em termos da história da sua Cultura. Neste sentido, associam-se a este Voto de



Assembleia Municipal

Pesar, endereçando as mais profundas condolências aos seus familiares e amigos próximos.

Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS, disse que o PS se associa inteiramente a este Voto de Pesar e se congratula por ser um Voto de Pesar conjunto.

Sublinhou que, ao longo da sua carreira, que se estendeu por muitas décadas no teatro, no cinema e na televisão, António Reis comoveu, divertiu, interpelou, provocou milhares e milhares de pessoas. Referiu que no teatro a Cidade interroga-se a si mesma, interroga as suas angústias, os seus sonhos, as suas fraturas e essa é uma função que está ligada mesmo às origens do teatro e é uma ligação íntima entre o teatro e a cidade, entre o teatro e a pólis. Realçou que António Reis foi alguém que despertou vocações artísticas, pois esteve ligado não só à arte teatral, mas também ao ensino da arte, ao ensino artístico, foi cofundador da Academia Contemporânea do Espetáculo, que está adstrita ao Teatro do Bolhão, que é uma instituição preciosa da Cidade e que esta Câmara, felizmente, tem apoiado.

Deu nota de que assistiu a dezenas de peças com António Reis e recordou uma peça dos finais dos anos 90, uma adaptação do Arco de Santana de Almeida Garrett, feita por Júlio Cardoso, em que a representação decorria em frente à Igreja dos Grilos, no Largo do Colégio, e António Reis desempenhava o papel do Almeida Garrett; um Garrett verdadeiramente imponente. Acrescentou que nessa confluência entre o ator e cidadão António Reis e o poeta e político Almeida Garrett, ilustra-se bem a ligação íntima entre o teatro e a cidade e até ilustra um espírito portuense, no que ele tem de mais estimável e admirável.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que António Reis era um ator extremamente versátil, de grande qualidade, adaptando-se a vários tipos de teatro e, de facto, é um ator de referência no País e não apenas no Porto. Sublinhou que António Reis está ligado intimamente a duas instituições: o FITEI e a Seiva Trupe, que são dois projetos de vida, que tiveram uma importância muito grande na atratividade e no prestígio da

Cidade, que criaram muitos públicos de teatro na Cidade e deram origem a muitos talentos, que são atualmente valores de referência do teatro.

Afirmou que infelizmente António Reis desaparece numa altura em que a Seiva Trupe tinha encontrado uma nova casa, no Colégio do Perpétuo Socorro.

Disse que teve oportunidade de partilhar muitas causas com António Reis e nunca esquecerá uma memorável viagem de a Mindelo, quando integrou uma delegação de representação do Município do Porto, em que o António Reis, juntamente com outras pessoas da Cultura e do Desporto foram convidados pelo Presidente da Câmara Nuno Cardoso. Considerou esta viagem memorável pois permitiu-lhe conhecer e partilhar mais alguns aspetos com António Reis.

Associou-se ao Voto de Pesar e à homenagem que António Reis merece.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

(art.º 40.º Regimento)

1. Deliberação sobre Aprovação de participação no aumento de capital do INVERSURB.

NUD/180203/2022/CMP

Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que, há cerca de dois meses, analisaram nesta Assembleia a 4.ª Alteração ao contrato do chamado Fundo do Aleixo. Nesse dia, analisaram e discutiram, para além da alteração concreta desse ponto da Ordem de Trabalhos, todo o seu processo. Lembrou que discutiram se a criação de um

Fundo terá sido ou não a melhor opção e para o PSD, à luz do contexto da altura, essa parecia ser uma solução sensata. Acrescentou que abordaram também os diversos constrangimentos que foram aparecendo, como as crises económicas, a queda do grupo BES – Banco Espírito Santo, as eventuais necessidades de aumento de capital até a entrada de um novo participante; abordaram temas como a reversão do terreno da Rua da Quinta ou a alteração do modelo original para o Bairro do Leal, que também terá criado alguns atrasos nomeadamente no andamento do processo. Afirmou que, de toda a discussão e reflexão que fizeram sobre este tema, o que ficou bem assinalado foi a necessidade de resolver todo o processo de forma célere, a fim de garantir a reconversão daquela área da Cidade e permitir a construção de mais habitação social e de mais habitação de rendas acessíveis, por parte da Câmara, para responder às necessidades dos portuenses.

Disse que através desta proposta que está em discussão pretendem saber se o Município continua a fazer parte da solução deste processo ou não.

Sublinhou que a posição do PSD sempre foi a de que o Município terá sempre de fazer parte da solução e, portanto, votarão favoravelmente esta proposta. Considerou importante que o Município mantenha a sua posição de participante com uma posição ligeiramente acima de 20%, garantindo um maior poder de intervenção, de acompanhar de perto o desenrolar do investimento e de influenciar a gestão do Fundo.

Agostinho de Sousa Pinto, Membro do Grupo Municipal PS, disse que o PS considera que os interesses do Município não estão devidamente acautelados, com as opções propostas pelo INVERSUB ou designado Fundo do Aleixo. Referiu que entendem que os interesses do Município não foram devidamente acautelados, porque, do seu ponto de vista, a compensação financeira será insuficiente para a construção dos fogos inicialmente previstos. Sublinhou que as dificuldades são cada vez maiores, tendo em conta a inflação que estão a viver.

Afirmou que o PS irá abster-se na matéria que está em apreço e o sentido de voto prende-se essencialmente com o não alinhamento com toda a abordagem que este processo foi tendo ao longo do tempo.

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, disse que, neste ponto, é pedido a esta Assembleia Municipal que aprove a participação do Município do Porto de até 1 milhão e 600 mil euros no aumento de capital do Fundo INVERSURB. Referiu que o Fundo INVERSURB tem apresentado sempre, desde a sua constituição a 7 de outubro de 2010, resultados líquidos negativos. Salientou a sistemática inexistência de liquidez do Fundo, pelo que este aumento de capital, aprovado na Assembleia de participantes de 29 de janeiro de 2021, destina-se apenas a pagar o resgate por cerca de 1 milhão e meio de euros, das 1793 unidades de participação, que eram detidas pela Rio Forte Investimentos e Cimenta, empresas que faziam parte do Universo GES – Grupo Espírito Santo e que, em reunião efetuada a 14 de maio de 2020, decidiram abandonar o Fundo. Acrescentou que, após a 4.ª alteração, o Município do Porto abdicou do cumprimento do Fundo INVERSURB da sua principal obrigação, ou seja, a entrega de mais de 100 fogos ao Município. Referiu que estão agora perante mais uma das suas facetas, numa história muito elucidativa, mas nada diferente sobre a ganância imobiliária, planeada em 2008 pelo ramo imobiliário do Grupo Espírito Santo, pela Gesfimo, com a concordância do então Executivo PSD/CDS, para aproveitar os generosos benefícios fiscais e financeiros do regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana, o assalto imobiliário em curso aos 30.631 m² de propriedade municipal do Bairro do Aleixo assenta numa mentira, ou seja, de que se trata de uma operação de reabilitação urbana, tendo sido até constituída ilegítimamente, como tem afirmado o BE desde 2008, a ARU (Área de Reabilitação Urbana) do Aleixo, uma das primeiras ARU reconhecidas em Portugal. Disse que o entendimento que a demolição total dos edifícios não pode ser considerada como reabilitação urbana foi até sufragado pelo então responsável governamental do Ordenamento do Território, em resposta a uma pergunta feita pelo Grupo Parlamentar do BE, cuja resposta indica que a operação prevista no Aleixo não se integra no conceito

K 14



de reabilitação para os efeitos de aplicação de benefícios fiscais. Sublinhou que todos sabem que não foi o atual Executivo que se envolveu no lançamento do projeto imobiliário do Fundo INVERSUB, mas as escolhas políticas, nos últimos 9 anos, não tinham de ser as de expulsão de quase mil moradores dos 320 fogos do Bairro do Aleixo, nem tinha de traduzir-se na perda muito significativa de terrenos e outro património municipal lançados para a voragem da especulação imobiliária, nem criar uma revoltante injustiça fiscal: a de isentar de IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis os prédios a construir nos terrenos do Aleixo, enquanto os proprietários dos prédios ou frações habitacionais na área envolvente ao Aleixo pagam IMI. Considerou que não podem ignorar que, atualmente, os diversos fundos de investimento, mais do que intervir em operações em bolsa, passaram a atuar na área do imobiliário para gerar avultados ganhos para os seus participantes, mas tal atuação, como no caso em apreço, envolve terrenos e outros bens públicos. Considerou que é absolutamente inadmissível e votarão contra. Perguntou até quando esta Assembleia Municipal vai permitir a continuação deste negócio imobiliário.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que não tem ainda necessidade de se pronunciar politicamente sobre esta matéria, apenas corrigir algumas afirmações da Senhora Deputada.

Esclareceu que não existe nenhuma ARU no Aleixo, não está em vigor, portanto, não se pode referir a benefícios fiscais, porque ela já não existe.

Explicou que o aumento de capital proposto não é para substituir a Rio Forte, porque esse já decorreu. Sublinhou que este aumento tem como objetivo pagar 6,9 milhões de euros à Câmara Municipal do Porto e aquilo que são os projetos de execução necessários.

Considerou importante recentrar a discussão naquela que é uma proposta de acompanhamento de um aumento de capital para consubstanciar aquilo que foi deliberado por esta Assembleia Municipal.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, disse que, após a anterior modificação ao contrato, cuja proposta era promover um acordo onde o Município propunha ao Fundo entregar uma retribuição financeira equivalente ao valor das obras não efetuadas, convocou-se uma Assembleia de participantes para um aumento de capital, com a justificação de alteração de contrato. Referiu que com o objetivo de levar a bom porto este projeto, depois de uma década de vicissitudes, o Município propõe-se agora fazer um investimento de 1 milhão e 600 mil euros para não perder a atual percentagem de unidades de participação detida, correspondendo a 21,48% do respetivo capital social, passando para não menos de 20%. Sublinhou que aquilo que está em causa é uma opção económica financeira de gestão por parte do Município do Porto, porém, dada a opacidade deste processo desde o seu início, não podem acompanhar esta pretensão, pelo que se irão abster-se.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que é conhecida a posição da CDU sobre este malfadado negócio do Fundo do Aleixo.

Lembrou que votaram, numa sessão anterior, que o Fundo irá pagar 6,9 milhões de euros à Câmara Municipal do Porto para que esta arque com o ónus de construir as habitações que estavam previstas serem construídas pelo Fundo. Acrescentou que, uma vez que o Fundo está descapitalizado, aquilo que se vai fazer é um aumento de capital, no qual a Câmara se propõe colocar 1,6 milhões de euros, que corresponde sensivelmente a 20% dos 6,9 milhões de euros, mantendo a sua percentagem do ponto de vista do peso que tem no Fundo.

Realçou que têm dois problemas, um deles já foi referido e preocupa-os bastante nesta altura. Referiu que os 6,9 milhões de euros serão atualizados os preços consoante a construção das habitações, mas são atualizados de acordo com o índice de preços que fica muito aquém dos preços da construção. Sublinhou que os aumentos são muito superiores àquilo que está plasmado na fórmula legislativa que permite calcular este valor. Disse que todos conhecem empreitadas que estavam adjudicadas e que os

empreiteiros estão a abandonar dizendo que não as realizam pelos valores contratualizados.

Sublinhou que estão a votar a situação de a Câmara ir até aos 1,6 milhões de euros, o que significa que se chegarem à Assembleia Geral e se for decidido pelos outros acionistas aumentarem o capital social em 20 milhões de euros, a Câmara vai diminuir significativamente a sua percentagem; percentagem que também tem um interesse, ou seja, o Fundo depois vai construir no Aleixo, vai vender, vai ter um retorno disso e, naturalmente, que a Câmara, sendo acionista neste Fundo, terá direito a um retorno de acordo com a sua percentagem e, portanto, têm dúvidas sobre esta matéria. Reafirmou que tem dúvidas se a Câmara deve ir até este valor ou se deve ou não ser imposto um limite para esse aumento de capital de forma a manterem os 20%.

Declarou que o voto da CDU será um voto político e é coerente com toda a apreciação que fazem desta matéria do Fundo do Aleixo e, neste sentido, manterão a coerência com essa posição.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que a sua convicção é que o aumento de capital proposto é um aumento de capital de 8 milhões de euros, que se explica, não apenas, pelos 6,9 milhões de euros a pagar ao Município, mas também pelos estudos e projetos que são necessários desenvolver, que acredita que custarão cerca de um milhão de euros. Explicou que, caso seja aprovado por esta Assembleia, apresentarão a proposta ao Tribunal de Contas e tem de colocar um teto naquela que é a intervenção municipal.

Lembrou que a CMP já teve uma participação maior no Fundo; quando chegou à Câmara esta tinha uma participação um pouco acima de 30%, atualmente a Câmara tem um pouco acima de 20%. Sublinhou que a questão que se coloca é se a Câmara deve ou não acompanhar.

Disse que os acionistas privados ficaram com a posição da Rio Forte e, ao fazerem este aumento de capital, não querem fazer disto um mau negócio. Referiu que os acionistas

privados estão a propor esta situação porque acreditam que vai ser um bom negócio e, na sua opinião, a CMP deve acompanhar o capital.

Afirmou que o Fundo teve resultados negativos durante todos estes anos porque, até ao momento, o Fundo não vendeu nada nem podia vender, porque o Fundo não tem nenhum terreno, tem apenas um contrato de promessa, portanto, enquanto isto não for concretizado, enquanto o Fundo não cumprir com a Câmara os terrenos não passam para o Fundo.

Sublinhou que se a Câmara não acompanhar a sua posição vai diluir-se num momento em que se existe uma luz ao fundo do túnel. Na sua opinião, a Câmara deve acompanhar, esperando que isto lhes permita manter a sua posição de 20%, que o Tribunal de Contas assim o aprove e que depois o Município fique com uma posição que possa alienar no futuro. Disse que o Município pode esperar que o Fundo se extinga e ficar com uma parte dos ativos ou pode decidir ficar com um ativo já com valor mensurável.

Considerou que devem acompanhar o aumento de capital para manter a posição da Câmara e isto salvaguarda o interesse público. Afirmou que se se concentrarem nesta questão vão conseguir chegar a um entendimento mais fácil.

Disse que a questão que se coloca neste momento é se a Câmara deve ou não acompanhar o aumento de capital. Do seu ponto de vista, a Câmara deve acompanhar, porque estão a ver uma luz ao fundo do túnel e devem aproveitar a possibilidade de manter a posição que têm; caso contrário estarão a dar um benefício indevido aos privados.

Nuno Caiano, Membro do Grupo Municipal RM, considerou o discurso do BE forma premeditada, doutrinária e dogmática de baralhar tudo para depois tentar construir algo com impacto numa qualquer comunicação social.

Disse que, após tantos anos, a situação parece ter possibilidades para avançar e a Câmara tem de cuidar do interesse público; aquilo que está em causa é o interesse público e o interesse da Cidade e é disso que a Câmara e o seu Executivo estão a tratar. Sublinhou que estão a valorizar e a melhorar o património e quem vender certamente

ficará satisfeito. Realçou que o Porto vai acelerar o processo, vão ter possibilidade de começar a construir mais cedo, fruto do novo PDM – Plano Diretor Municipal e do trabalho que for feito; a capacidade do edificado aumenta 0.4 e vão ter mais habitação acessível.

Considerou que têm de acompanhar, não resta outra alternativa, porque o Porto pede, o interesse público e o interesse da Cidade também.

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, clarificou que não disse que a ARU ainda estava em vigor; esta ARU foi aprovada em 2008 e quando foi criado o Fundo essa ARU estava em vigor e foi isso que referiu.

Relativamente às posições do BE, disse que estas são muito claras. Referiu que quando falam de especulação imobiliária estas são questões muito concretas e quem mora no Porto constata cada vez mais o que se passa no que diz respeito a este tema. Afirmou que têm o direito e o dever de colocar as suas posições de forma clara.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse, quanto à questão da ARU, que aquilo que a Senhora Deputada disse foi que existiam benefícios fiscais e quis esclarecer que essa ARU não está em vigor e, portanto, isso não existe. Explicou que aquilo que existia foi uma alteração do PDM que veio repor à Câmara naqueles terrenos, que estão prometidos ao Fundo do Aleixo, uma capacidade de edificabilidade que não existia. Quanto à questão da especulação imobiliária, considerou importante graduarem aquilo que é especulação imobiliária. Considerou que existe atualmente uma tendência para pensar que qualquer negócio imobiliário é especulação, sendo essa a posição do BE. Referiu que o mais conhecido especulador imobiliário foi Senhor Robles, porque comprou ao preço da chuva e vendeu ou tentou vender a preço do ouro. Considerou que comprar um terreno e desenvolver um projeto num terreno, qualquer que ele seja, não é necessariamente especulação imobiliária. Sublinhou que ainda não viu no Fundo do Aleixo nenhum sintoma de especulação imobiliária. Acrescentou que estão a usar um modelo de aceleração, que é aquele que permite que não seja especulação imobiliária;

seria especulação imobiliária se aqueles terrenos ficassem sem uso durante muito tempo à espera de uma valorização.

Afirmou que a ideia de que qualquer negócio imobiliário é especulação imobiliária é uma visão do BE, que contraria a realidade da economia.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, afirmou que a CDU esteve sempre contra este processo, em vários momentos votaram contra e, independentemente, de considerarem que, em alguma situação pontual, eventualmente esta, a posição da Câmara é mais positiva, não querem estar associados ao processo do Bairro do Aleixo e, portanto, tal como no início do processo votaram contra, terminam o processo a votar contra. Sublinhou que não fará declaração de voto, mas fica a declaração feita antecipadamente.

Fernando Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que a posição do PSD é que a Câmara deve acompanhar este aumento de capital. Considerou que faz todo o sentido, nesta fase do processo, que a posse dos terrenos passe para o Fundo e se comece a projetar a habitação, que é o mais importante. Perguntou se este aumento de capital de 8 milhões no Fundo vai cobrir a parte que vem para o Município e qual será a estratégia da Câmara Municipal se, no futuro, houver necessidade de novos aumentos de capital para dar continuidade à obra.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que também colocaram essa questão a si mesmos. Referiu que estes 8 milhões de euros expectáveis de aumento de capital servirão para pagar os 6,9 milhões de euros à Câmara e ficará um remanescente que servirá para os projetos e projetos de execução, ou seja, condição *sine qua non* para depois haver a transferência dos terrenos do Município do Porto para o Fundo do Aleixo. Afirmou que acredita que, a partir desse momento, o Fundo do Aleixo tem condições de dar garantias reais, ou seja, se necessário, financiar-se ou hipotecar o terreno para fazer a construção. Sublinhou que podem entrar numa situação em que há, por exemplo, uma

crise da dívida soberana, ou seja, pode surgir uma circunstância em que a crise económica se possa repercutir numa crise do sistema financeiro; se isso acontecer terão de pensar naquilo que é preciso fazer. Deu nota de que atualmente não há problemas de liquidez nesta matéria e, portanto, não é expectável que essa situação surja.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 29 votos a favor (20 RM + 9 PSD), 6 votos contra (3 CDU + 3 BE) e 10 abstenções (9 PS + 1 PAN).

O Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo, informou o Plenário que, conforme acordado previamente em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, os Pontos n.º 2 e 3 serão discutidos em conjunto e votados em separado.

2. Deliberação sobre Aprovação do Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Económico de 2021.

NUD/179131/2022/CMP

3. Deliberação sobre Aprovação da 1.ª revisão ao orçamento de 2022 e da alteração às Normas de Execução do Orçamento de 2022.

NUD/181262/2022/CMP

Odete Patrício, Membro do Grupo Municipal PS, disse que são chamados a pronunciarem-se sobre o Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Económico de 2021 e sobre a 1.ª Revisão ao Orçamento e da Alteração das Normas de Execução do Orçamento de 2022. Referiu que o 1.º documento, cuja aprovação pela Assembleia Municipal é requisito prévio à incorporação no Orçamento de 2022 dos fluxos de caixa do exercício económico de 2021, mesmo antes da aprovação legal de contas de 2021, possibilidade esta prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2021, consubstancia uma iniciativa legislativa do Governo Central, que saúdam por permitir

uma mais adequada previsão das receitas orçamentais, neste caso, a nível autárquico. Referiu que sendo o mapa de fluxos de caixa um documento de explicitação de movimentos financeiros que visa sustentar a incorporação do saldo de gerência, concordam com o princípio legal que lhe subjaz, mas não se pronunciarão sobre o seu conteúdo, por não terem informação sustentada para o fazer, isto sem colocar em causa ou levantar qualquer dúvida sobre o rigor técnico e a verdade dos números. Disse que se iriam abster porque não têm informação suficiente sobre o seu conteúdo e também não lhes compete validar os seus conteúdos.

Sobre a 1.^a Revisão ao Orçamento e a Alteração das Normas de Execução do Orçamento de 2022, lembrou que o PS já tornou clara a sua posição quanto ao Orçamento de 2022. Sublinhou que a avaliação que o PS fez do Orçamento para 2022 não é positiva, por não serem visíveis medidas que consideram importantes ao nível da habitação, da ação social, da mobilidade, da dinamização da economia, entre outras. Afirmou que a revisão apresentada continua a não dar resposta às preocupações que o PS suscitou e limita-se a rever as necessidades orçamentais de cada Serviço responsável de acordo com a nova estrutura orgânica do Município e com o plano de atividades já em execução, tendo sido ajustadas as dotações orçamentais ao desenvolvimento de atividades planeadas para o 2.^o semestre e cuja inscrição tinha ficado condicionada ao apuramento e integração do saldo da execução orçamental.

No que se refere ao plano de investimentos, disse que os ajustes, agora incluídos, também não representam novos projetos, portanto, esta Revisão Orçamental limita-se a incluir o que já estava planeado para uma fase mais tardia e no plano de investimentos não há propriamente novos projetos.

Declarou que o PS mantém a sua posição de abstenção, dado que as grandes opções orçamentais que os levaram à abstenção se mantêm.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, disse, relativamente ao ponto 2, que, após o apuramento do saldo da gerência anterior e a apreciação e votação de prestação pelo Órgão Deliberativo, o respetivo montante pode ser utilizado para ocorrer

✱ (M)



ao aumento global da despesa orçamentada no ano seguinte. Acrescentou que, deste modo, o desafio que é colocado a esta Assembleia é o da incorporação do saldo de gerência do exercício anterior nas contas do corrente ano de 2022. Afirmou que não havendo matéria política associada a esta proposta, pois trata-se de mais uma decisão puramente de gestão financeira dos saldos de gestão; e compreendendo a oportunidade de o fazer, pois trata-se de uma prerrogativa exclusivamente financeira, acompanharão favoravelmente esta medida.

Relativamente ao ponto 3, realçou o lado eminentemente político da medida, remetendo-os para àquilo que disseram, em dezembro, aquando da discussão do Orçamento. Afirmou que se trata de uma medida técnica, mas gostaria de recordar que, nas passadas eleições de setembro, o PAN foi claro relativamente ao seu objetivo e apresentou uma proposta de programa e uma visão para a Cidade; foram a votos e assistiram ao prenúncio dos resultados eleitorais. Sublinhou que o PAN pretende manter o compromisso com os seus eleitores durante este mandato; não admitir seria contrariar um básico princípio de cidadania, este é o objetivo do PAN. Realçou que os Partidos não foram ouvidos na discussão do Orçamento e do Plano do corrente ano e, enquanto esse diálogo não acontecer, correm o risco, na sua opinião, de transformar esta Assembleia numa mera burocracia.

Disse que o Orçamento Retificativo apresentado não é necessariamente um orçamento colaborativo, nem o pretende ser. Perguntou se voltará a haver diálogo quando se trata de cumprir os compromissos de todos os Grupos Municipais representados. Lembrou que o Senhor Presidente da Câmara, aquando da discussão do Orçamento, referiu que este Orçamento, a partir do momento em que fosse aprovado nesta Assembleia, passaria a ser o Orçamento de todos. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, após a assunção desse Orçamento e após a retificação ou não deste documento, que é hoje apresentado, se será o Presidente de todos os portuenses após esta revisão do Orçamento.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que não estão a fazer um Orçamento Retificativo, estão a incorporar um saldo de gerência, que são situações completamente diferentes. Referiu que espera não ter de fazer um orçamento retificativo, mas podem ter de o fazer por causa da descentralização e se assim for vão ter de discutir com os Senhores Deputados, pois as grandes opções alteram-se.

Lembrou que na elaboração do Orçamento original houve a audição dos Partidos, mas reconhecem que, por causa do calendário eleitoral e por causa da necessidade de apresentar o Orçamento que foi aprovado, não houve o tempo necessário para o diálogo que normalmente ocorre com os Partidos.

Repetiu que este não é um Orçamento Retificativo, esta é uma Revisão ao Orçamento que decorre da incorporação do Saldo de Gerência que era previsível, mas que não podiam considerar na elaboração. Sublinhou que têm atualmente instrumentos que lhes permitem antecipar aquilo que, até há 3 anos, só podiam fazer em julho, o que depois não permitia, na execução orçamental, atingir os níveis desejáveis; atualmente a situação melhorou e espera que ainda possam melhorar e que se possa antecipar esta situação logo no fim do ano, na medida em que, nessa altura, já conhecem o fluxo de caixa.

Sublinhou que, se houver um Orçamento Retificativo, as Forças Políticas serão ouvidas e é possível que isso venha a acontecer por causa da descentralização.

Afirmou que é previsível o aumento dos funcionários da Câmara Municipal do Porto em cerca de 30%, portanto, se houver necessidade de fazer um Orçamento Retificativo as Forças Políticas serão ouvidas; caso contrário, as Forças Políticas serão ouvidas no próximo verão para darem os seus contributos relativamente à elaboração do Orçamento para 2023.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que é evidente que isto é uma prerrogativa legal, neste momento, ainda é possível, sem ter a conta de gerência incluir o saldo de gerência no orçamento para o ano de 2022.

Ao ler o documento, considera que se realça o facto de tudo apontar para um saldo de gerência na ordem dos 90 milhões de euros, que considera extremamente elevado e

✓



que, na sua opinião, representa algo que poderia ter sido feito em prol dos munícipes e da cidade, durante o ano 2021 e que não foi feito; haveria capacidade para o fazer, sendo um dado que é negativo.

Disse pretender saber se a forma como este saldo de gerência é incorporado no orçamento de 2022, melhora ou não o orçamento, relativamente àquilo que foi a apreciação que foi feita em dezembro e que da parte da CDU mereceu o voto contra.

Considerou que, efetivamente, é difícil para já, fazer este tipo de análise, porque não sabendo como é que foram gastas as verbas em 2021, não se sabe se aquilo que está a ser incorporado agora é para fazer o que devia ter sido feito no ano anterior, ou se é para fazer coisas novas, que resultam do orçamento. Indicou que tem aqui alguma dificuldade pois não sabe exatamente como é que foi executado o orçamento de 2021.

Verificou que o reforço das verbas não altera a desequilibrada distribuição entre despesas correntes, 62%, e de capital, 38%, sendo mantida exatamente a mesma percentagem com esta revisão ou incorporação do saldo nas contas; continua a verificar que na área social, apesar das evidências de crise que a guerra tem vindo ainda a aumentar, não há uma preocupação do reforço das verbas, pelo aquilo que é dado a conhecer; que se reforce ao peso das transferências para as empresas municipais e preocupa-o que isto aconteça ao mesmo tempo que aumenta a aquisição de serviços de terceiros e os custos de pessoal do Município, seja com pessoal da Câmara, com as Empresas Municipais ou externalizando as funções municipais.

Face a estes dados, considera que não há uma alteração significativa daquilo que eram as suas preocupações aquando da votação do orçamento e também não se justifica uma alteração da posição relativamente a este documento.

Disse que, na proposta que é apresentada, é dito e realçando que neste orçamento não está espelhado qualquer tipo de despesa relativa ao processo de descentralização de competências, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde, mas mais à frente, em páginas 3/11, é dito que no orçamento da receita verifica-se um acréscimo global de 74,3 milhões de euros, resultantes dos ajustamentos a, b e c e depois mencionando d, “de inscrição de rubricas em receitas correntes e de capital, considerando a

transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, operada pelo Decreto-Lei, 21/2019 de 30 de janeiro”. Considera que há aqui uma incoerência.

Referiu que é que é dito depois, nas transferências de capital, está aqui, para o projeto de promoção do transporte público com a Metro do Porto. Disse pretender saber exatamente o que é que é isto que é dito: transferência de capital para o projeto de promoção do transporte público a Metro do Porto.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que a última questão tem a ver com o Terminal que está a ser feito no Hospital de São João e está praticamente concluído, em que o Município se associa à Empresa Metro do Porto, para resolver um problema velho de estrangulamento que existe e que, aliás, provocou no passado grandes perturbações.

Sobre a questão da descentralização, indicou que é abrir a rubrica, porque de outra maneira, depois quando as verbas chegarem, aí sim terá de fazer um orçamento retificativo.

Sobre a questão referida, disse que o saldo de gerência resulta de ter tido uma execução na receita de 106%, o que demonstra que a economia da cidade esteve melhor do que aquilo que era o estimado e acha que é sempre bom quando há uma receita que excede aquilo que era a sua expectativa, pois demonstra 2 coisas: em primeiro lugar, que foi prudente e não construiu um orçamento baseado em expectativas; por outro lado demonstra que a economia mostrou maior resiliência do que era expectável.

A nível da despesa, conseguiu, apesar de tudo, uma execução de 80%.

Recordou que o último Anuário dos Municípios Portugueses deu números que demonstram que o Município do Porto é um dos Municípios com maior execução na despesa, nomeadamente, no investimento. Chamou a atenção que o facto de conseguir em anos de pandemia 80%, é, a seu ver, absolutamente notável pois como já foi abordado, que muitos dos concursos públicos que foram lançados, ficaram desertos, tiveram de ser reabertos e outros terão de ser reabertos uma terceira vez, dando como



Assembleia Municipal

exemplo, a Escola dos Correios onde foi feito um primeiro projeto muito ambicioso, que é uma promessa antiga. Foi lançado um primeiro concurso público que ficou deserto, depois foi aumentado o montante num valor em cerca de 30% e este segundo concurso público, onde se pensava que haveria um concorrente, houve um concorrente, mas não prestou garantias.

Considera que este é um problema que preocupa muito e que deve fazer pensar sobre aquilo que vai ser a questão do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência que tem levantado, ou seja, preocupa-o muito que os objetivos do PRR possam vir a ser frustrados pois com o aumento e com a insegurança por parte dos fornecedores, na construção civil e nas obras públicas. Explicou que, por exemplo, algumas peças de aço triplicaram, segundo o que é dito pelos fornecedores; e quando há um PRR que vai aumentar, que vai acelerar, aquilo que é a procura, se a oferta já hoje está limitada, corre-se o risco de ter aqui um problema, não só no PRR, como no próximo quadro.

Relativamente à despesa corrente, disse que os aumentos salariais decorrem dos aumentos da função pública e da necessidade de refazer os quadros de pessoal da Câmara Municipal do Porto, face àquilo que são cada vez mais as competências que vão sendo atribuídas.

Disse que não é anormal que assim seja, ou seja, teve de aumentar, quer nas Empresas Municipais quer na Câmara Municipal do Porto, os salários dos funcionários, mas isso repercute-se na despesa. Referiu que o Município, relativamente à percentagem na despesa corrente, se ficar com a descentralização, vai aumentar a despesa porque vai ter de ser incorporado, por exemplo, nas escolas, o pessoal não especializado num total 960 trabalhadores, quando a Câmara hoje tem cerca de 3 mil.

Indicou que o seu grande problema na descentralização, não é a nível dos recursos humanos, porque a taxa de cobertura é razoável, mas o peso da despesa corrente será maior.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que relativamente à formulação desta revisão do orçamento, o BE mantém preocupações inconciliáveis com aquilo que é apresentado.

Começando pelo processo, referiu que quando se discutiu o orçamento para 2022, houve nesta Assembleia, uma unanimidade, na constatação de que o tempo para a sua discussão e para a concretização do Estatuto de Direito de Oposição, não tinha sido o ideal e a resposta que o Executivo deu a esta Assembleia, partilhando da mesma preocupação, foi de que, seria precisamente na discussão desta revisão e falou-se que era mesmo no contexto desta discussão, que se procuraria compensar essa lacuna que aconteceu, quando se discutiu o orçamento para 2022.

Indicou que tal não aconteceu, o BE alertou para esta necessidade antes da reunião do Executivo em que esta revisão do orçamento foi discutida; na reunião do Executivo, voltou a chamar a atenção para que tal não aconteceu e depois dessa reunião, na Comissão de Apoio à Mesa, voltou a reforçar a necessidade de que este momento pudesse acontecer. Afirmou que está escrito na Lei do Estatuto do Direito de Oposição, que as forças políticas que estão na oposição têm o direito à informação.

Disse que bastava uma reunião para se poder conversar sobre em que é que isto se traduz esta incorporação, qual é o seu impacto e para poder haver espaço para um eventual acolhimento de propostas, porque uma revisão do orçamento pode ser encarada como um pró-forma ou pode ser encarado como uma oportunidade de aprofundar e densificar o plano anual, o que pode ser feito através da auscultação de quem também representa as pessoas da cidade nos órgãos autárquicos.

Acredita que esta reunião teria sido possível encaixar, sabia-se dos *timings* em que este documento estaria a ser preparado e não aceita que a democracia seja engolida pela burocracia.

Relativamente ao contexto em que é trazida esta revisão ao orçamento, disse ainda não se tinha saído da pandemia quando se olhava para o orçamento de 2022; ainda se estava a perceber como é que os orçamentos locais e para o país, deveriam dar resposta aos



Assembleia Municipal

efeitos desta crise e são confrontados com uma trágica guerra, que não só traz consequências humanitárias, como claras repercussões ao nível económico também.

Acrescentou que o momento é marcado, como já foi dito, pela transferência de competências na área da educação e pela antevisão do que será uma injeção de verbas, para por via do Plano de Recuperação e Resiliência; a esta data com aquilo que é trazido, continua a ser votado neste momento uma revisão do orçamento que continua a deixar na expectativa sobre o que é que vai acontecer, como é que vão ser inscritos estes valores relativamente à transferência de competências, como é que se vai traduzir o PRR, ou mesmo, para lá do PRR, o quadro comunitário que está aí.

Disse a cidade continua a ter de esperar para os próximos meses, que continuarão tão ou mais exigentes do que a que se tem vivido, para ter luzes sobre estas questões.

Considera que é verdade que algumas das coisas que estão inscritas neste orçamento, ou seja, reconhece em coisas que aqui são apresentadas, algumas reivindicações do BE; a reabilitação e abertura do Batalhão, a questão do Bolhão, o próprio compromisso com um plano B para a habitação cujo BE tem uma leitura enviesada da realidade, mas, afinal, há um problema da habitação na cidade, como já tem dito tantas vezes.

Sente que resumir esta revisão à incorporação de um saldo de gestão deste calibre, quando há tanto para fazer, para não deixar ninguém para trás, que é o compromisso que o Senhor Presidente assumiu para 2022, está naquilo que foram as suas declarações quando anunciou este mesmo orçamento; entende que fazer apenas esta incorporação é negligenciar questões que parecem essenciais.

Entende que o uso da capacidade de investimento e endividamento que o Primeiro Direito permite para fazer face às carências habitacionais, deixa a desejar; a criação e o reforço de respostas no combate à pobreza continua ausente; a consolidação de uma medida estrutural para acolhimento a pessoas refugiadas, pois sabe que os números com que se está a lidar não tem precedentes, não querendo acreditar que o Porto para lá daquilo que é a recolha de auxílio, que já foi anunciada, vai ficar alheio a estas respostas de acolhimento.

Disse que poderia ser incluída a questão do alargamento da gratuitidade dos transportes a pessoas com mais de 65 anos e desempregadas bem como a tarifa social da água.

Perguntou onde é que se pode ver mais claramente refletido este PRR (, quais são as candidaturas que já estão a ser submetidas ou que já foram submetidas.

Questionou se é possível ter acesso à lista de candidaturas que foram submetidas, à relação dos projetos que está em causa. Parece-lhe que é matéria que esta Assembleia deveria ter acesso.

Mantém divergências profundas na visão que tem para a cidade e entende que este orçamento ainda reflete uma política que não partilha, porque tem outras escolhas, outras prioridades; considera que deve haver mais investimento para melhorar a vida das pessoas que vivem e trabalham neste território. Disse ter de haver mais e melhor resposta à emergência sanitária e social e à que deriva das graves consequências da guerra. Como não foi possível encontrar acolhimento ou sequer espaço para as propostas que entende como prioritárias, votará contra o orçamento.

Relativamente ao fluxo de contas, irá abster-se.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que, sobre a questão da transparência, não irá dizer mais do que já disse.

Disse que quando se fala numa trágica guerra, não sabe do que é que está a falar pois considera que o que está a acontecer é uma invasão; não consegue ver que haja uma guerra.

Relativamente aos refugiados, disse que colabora ativamente com o Governo e com as autoridades competentes nessa matéria.

Referiu que não terá, além daquilo que foi anunciado que foi feito com o Município de Gaia e com o Município de Matosinhos, iniciativas pioneiras, mas está sempre com a alta autoridade, com as autoridades responsáveis por refugiados disponíveis para tudo aquilo que for preciso.

Relativamente à questão do Portugal 2020 e a questão do PRR, indicou que só pode colocar isso em orçamento, a partir do momento em que os contratos estão assinados.

K
P



Assembleia Municipal

Disse que ainda não sabe do Portugal 2030 e relativamente ao PRR há 3 candidaturas importantes, uma delas na área da coesão social com a Câmara Municipal de Gondomar, que está neste momento a ser elaborada.

Disse que a Área Metropolitana do Porto distribuiu esta competência por grupos, por agrupamentos de Municípios, escolhendo de acordo com os auditores externos, que Porto e Gondomar deviam estar em uníssono nisto, que lhe parece bem, porque os seus territórios mais complicados coincidem, são adjacentes. Explicou que, nas residências universitárias, em que se pode dizer que se passou à segunda fase, mas até agora não são conhecidos os resultados do concurso, portanto, também não poderia colocar; e a questão dos bairros digitais que tem a ver com o conceito de apoio ao comércio local. Quanto às competências, já deu nota, sobre a questão da delegação de competências da descentralização, de quais são as suas maiores preocupações; no caso da educação, não é tanto a nível dos recursos humanos, esse não lhe preocupa excessivamente, apesar de haver diferenciais que poderiam ser equilibrados, preocupa-o muito a questão, em termos daquilo que é, a alimentação, as refeições.

Disse que houve uma reunião com responsáveis do Ministério da Educação acerca dessa matéria, preocupam-no os valores e a forma de contratação, e aquilo que o preocupa muito mais do que tudo isso, é o montante necessário para a manutenção dos equipamentos das escolas, cujos valores são absolutamente insustentáveis.

Relativamente a um ponto que foi abordado anteriormente, que sugeria que não se negociasse, disse que mandou fazer um estudo externo, à Universidade do Minho, para perceber se aquilo que era a sua perceção, a perceção interna, a primeira avaliação que era feita, se era um erro dos serviços.

Referiu que na parte da coesão social a diferença era tão grande, que achou que deveria ser engano; a Universidade do Minho veio confirmar que aquilo que era a avaliação *a priori*, por parte do Município do Porto, estava correta.

Indicou que a única coisa que foi retificada foi, quando isso foi enviado para o Ministério da Coesão, disseram que em vez de ser 2 milhões ou 1.900 era 1.945. Afirmar que tem

havido inúmeras reuniões com a educação, tem havido tentativas de reuniões com a saúde, na coesão social, a única coisa que foi dita é que é para janeiro do próximo ano.

Disse que não tem a ver com o pagamento do RSI – Rendimento Social de Inserção pois também aqui parece-lhe que ficará responsável pelo pagamento do RSI.

Indicou que essa era uma das competências que poderia passar para as Freguesias com vantagens para todas as pessoas, para os beneficiários do RSI, para as Freguesias, por uma questão de proximidade, mas isto impunha uma neutralidade orçamental. Disse que não pode receber 2 milhões do Ministério da Coesão Social e passar uma despesa de 9 milhões para as Freguesias.

Reforçou que não está a discutir a importância do RSI e que não vai ser a Câmara do Porto que vai decidir quais são os critérios do RSI, quais são os montantes do RSI, quais são os beneficiários do RSI tudo meramente administrativo. Disse que se está a falar meramente numa função administrativa, por isso é que considera isto uma tarefaização.

Disse que, nas escolas, não há nenhuma descentralização da educação, há uma descentralização da gestão do equipamento escolar, porque não vai decidir horários, não vai decidir matérias curriculares, não vai decidir a nível metropolitano a colocação dos professores, que era uma coisa que considera que era óbvia e interessantíssima também para os professores, não vai discutir a complementaridade entre os Municípios. Referiu que há uma taxa de cobertura no Município do Porto de 130%; de cada 130 crianças há 30 que não habitam no Município do Porto, os pais não são contribuintes liquidados para o Município do Porto, ainda que seja vantajoso que essas crianças venham para o Porto, naturalmente, para elas e para o Porto, porque isso faz com que haja mais pessoas que queiram trabalhar no Porto.

Referiu que no que foi discutido em Sintra, quando se falou na educação, disse especificamente que é muito importante que na descentralização em matéria de educação, se olhe àquilo que são as competências metropolitanas, que foram mais ou menos salvaguardadas, por exemplo o transporte público, daí referir que no transporte público a descentralização veio virtuosa.

Y 80



Indicou que pese embora a Câmara Municipal do Porto tenha de pôr dinheiro, a Câmara Municipal do Porto pode decidir, quais são os veículos, qual é o tipo de veículos, qual é a frequência dos veículos, qual é o investimento necessário, quais são os trajetos, qual é o serviço que nós oferecemos à população.

Manifestou a sua pretensão quanto aos Centros de Saúde no Porto, dando o exemplo do Centro de Saúde de Azevedo que é um Centro de Saúde que precisa de um cuidado especial, precisa de ter horários diferenciados, precisa de ter valências diferentes porque se está a falar quase de um território de baixa densidade.

Informou que seria do gosto de todos de ter mais competências nestas áreas, principalmente na educação até porque acha que há uma parte da educação que faz bem, no entanto precisa de ter recursos e precisa de ter competências.

Considera que se está a descentralizar a burocracia de uma forma que não permite sequer desburocratizar.

Disse que se tiver de investir na educação, em termos dos equipamentos, que pode atingir 6 ou 7 milhões de euros por ano, tem de se discutir com as outras forças políticas, onde é que se vai fazer cortes.

Afirmou que não vai poder cortar na despesa corrente com pessoal; terá de perceber em que investimentos terá de cortar ou se a Câmara Municipal do Porto pode aventurar-se a contrair financiamento bancário, para pagar isto à espera de que um dia alguém faça contas com a Câmara. Indicou que não é o modelo que gosta, não lhe parece razoável.

Disse que também não se fala em negociação quando isto começou em 2018; ao fim de 4 anos, as Comissões que deveriam fazer esta avaliação, não o fizeram e aquilo que se propôs sempre, foi que o valor não podia ser ao arbítrio das Câmaras, que as Câmaras iam puxar o tapete para si, nem podia ser ao arbítrio das Direções Gerais, porque as Direções Gerais vão querer passar receitas.

Afirmou que o que disse é que era importante que fossem criadas Comissões, algo que podia não ser em todos Municípios, mas podiam fazer isto por amostragem, o que considera que era relativamente fácil.

Perguntou se algum Município pode pensar que uma escola secundária pode ser mantida com 20 mil euros, ou que Município pode dar-se ao luxo de aceitar este encargo, sem pensar que, pelo menos, era preciso ter uma cláusula qualquer de atualização.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, esclareceu que nunca é demais, apesar das intervenções do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, esclarecer que o rumo político deste orçamento é exatamente o mesmo e não se está a falar de nenhuma mudança de rumo político, não se está a falar, como repetidamente aqui foi dito pela oposição, de uma revisão orçamental; é exatamente do mesmo orçamento que esta Assembleia aprovou, que se está hoje a falar. Disse que se está a falar de um reforço dos vetores fundamentais desse orçamento e de incorporação de verbas que lhe permitem ser mais forte nos seus vetores principais.

Referiu que Odete Patrício fez uma série de questões, que merecem resposta, mas faz questão, porque é importante e porque são questões importantes, de lhe esclarecer. Na ação social, que preocupa a todos, há um reforço de 1.6 milhões de euros. Na Cultura, há um reforço de 2.2 milhões de euros e nos serviços públicos, que é uma preocupação de todos, o reforço é superior a 10 milhões de euros.

Aproveitou para partilhar, porque são preocupações permanentes do PS e da CDU e do BE, mas são também suas e são também do Executivo Camarário, que este reforço, em cada uma destas verbas, em cada uma destas áreas da governação municipal, prova exatamente isto e deverá sossegar Odete Patrício e Rui Sá, uma vez que a verba da Coesão Social é reforçada com mais 1.2 milhões de euros.

Indicou que há outra coisa que ouve recorrentemente e que é estranho, porque é daquelas coisas em que se é penalizado por fazer e se não se fizesse era se penalizado por não fazer. Disse existir uma crítica recorrente de Rui Sá à execução orçamental do Município. Disse que é importante saber e é preciso ver que isto faz parte daquilo que chamam as contas à moda do Porto e que havendo, de facto, um excesso que transita para a gestão cidade com uma taxa de execução de 80%, que é superior à esmagadora maioria das Câmaras do país.

7
18



Afirmou que não há más contas, não há endividamento inconsciente, não há uma governação a pensar só no dia de amanhã; há uma governação com uma visão de longo prazo, há uma governação responsável e há uma governação coerente, com boas contas e que se orgulha de apoiar.

Disse que o BE trouxe aqui aquilo que chamou de preocupações inconciliáveis e depois Susana Constante Pereira apresentou um rol de reivindicações, de temas, que o próprio não compreendeu. Referiu que disse outra coisa que é verdade e que respeita perfeitamente, o BE tem outras escolhas e outras prioridades inconciliáveis e depois falou de burocracia e Democracia, considerando que é aqui que as coisas se complicam, pois a burocracia, de facto, é aquilo que é ditado na sombra dos Gabinetes e que é imposto a todos.

Referiu que a Democracia, ao contrário da burocracia, é ao lado da decisão dos eleitores livres e sem constrangimentos, que não escolheram as outras escolhas e as outras prioridades do BE; escolheram as escolhas e as prioridades deste Executivo, que ganhou pela terceira vez a Câmara do Porto e a Assembleia Municipal. Indicou que resta respeitar a opinião das minorias, que merecem respeito e o enquadramento que a sua dimensão suscita, mas tem de cumprir o mandato que a maioria confere revê-se nestas opções orçamentais, não se revê em cadernos alternativos minoritários.

Repetiu que as opções continuam rigorosamente as mesmas, foram aprovadas e saem reforçadas, continuando a apostar-se na habitação. Referiu que a questão do problema de habitação do Porto é que é menor do que em muitos outros pontos do país e havendo esse problema de habitação, o Porto e este Executivo, estão a dar a melhor resposta do país.

Indicou que não se trata de negar a existência do problema, mas de saber sublinhar a qualidade da resposta, existindo problemas infinitamente maiores em Autarquias por todo o país e que não têm esta qualidade de resposta que o Porto sabe dar e que, nesse sentido, os números são inegáveis e são incontornáveis. Afirmou que enfrentam os problemas com clareza, com ação e com uma visão que busca uma melhor cidade para os portuenses, mais justiça social, mais equidade e melhores respostas.

Disse que este orçamento e os estes reforços que já referiu são motivo de orgulho.

Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS, disse que ouviu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, discorrer sobre uma série de competências, que ele entende que seriam interessantes os Municípios portugueses assumirem.

Indicou que é sensível a essa argumentação, acha que são competências que seria muito interessante que os Municípios assumissem; deu exemplos na área da saúde e na área da educação referindo que algumas dessas competências, dessas reivindicações e oposições, foram acordadas na Cimeira de Sintra.

Indicou não saber se dessa Cimeira de Sintra foi produzido algum documento conjunto, com uma listagem ou um conjunto de competências que os Municípios presentes tivessem achado que estavam em condições de assumir, indo ao encontro do tal espírito dialógico e pedagógico, que falava anteriormente. Lançou o repto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, liderar um movimento juntamente com outros Autarcas que pudesse recuperar a substância e as convergências dessa Cimeira de Sintra e apresentar, quase em jeito de contraproposta ou, pelo menos, lançando o debate público, passando de uma postura contestatária, para uma postura propriamente positiva.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu a Rui Lage dizendo que a Cimeira de Sintra decorreu entre as Áreas Metropolitanas de Porto e Lisboa e produziu um documento. Indicou que a única parte desse documento que efetivamente acabou por ser conversada e que evidentemente o Governo disse logo que concordava, era o entendimento comum e unânime das Áreas Metropolitanas, Porto e Lisboa, dos Municípios de Porto e Lisboa que estavam lá todos.

Referiu que teve um conjunto de trabalhos de preparação, em que foi convidado pelo Senhor Presidente da Área Metropolitana do Porto, Eduardo Vítor Rodrigues, para fazer parte.

Relativamente à Cimeira de Sintra, disse que aquilo que se conseguiu de relevante foi na área dos transportes. Disse que, relativamente à educação, aquilo que se pretendia era ir buscar a experiência que havia sido feita já por alguns Municípios com as escolas secundárias e dizer que numa primeira fase se vai fazer esta transferência com o princípio da neutralidade, que é o envelope com os custos e que depois se poderia aprofundar um conjunto coisas.

Já sobre a parte da coesão social indicou nunca nada foi falado.

Disse que alguns dias depois, a Associação Nacional de Municípios resolveu reunir com o Governo e com o PSD e, sem que ninguém soubesse, previa ou antecipadamente, foi anunciado um acordo que fez esquecer completamente a Cimeira que tinha decorrido em Sintra.

Referiu que das ideias que as Áreas Metropolitanas tinham, na matéria da educação, foi elaborado um documento muito recente por todos os Vereadores da Educação da Área Metropolitana do Porto e que foi distribuído ao Executivo Municipal, em que estavam todos de acordo sobre aquilo que devia ser feito nesta fase, estando esse trabalho feito.

Referiu que, no entanto, quando se fala com o Governo, o Governo diz que a Associação Nacional de Municípios combinou uma coisa diferente e que o Município não está interessado em falar com as Áreas Metropolitanas sobre coisas simples.

Referiu que a Área Metropolitana veio ao Porto mas a Presidente da Área Metropolitana também estava doente, não pôde vir e quando levantou algumas das questões, quem lhe respondeu foi o Secretário-Geral, que se irritou por lhe dizer que há pequenos problemas que eles nem sequer pensavam, dando por exemplo, os trabalhadores que são transferidos para os Municípios estavam habituados a receber ao dia 23, o Município do Porto recebia ao dia 26, algo que apenas se soube no dia em que eles passaram para o Município do Porto, a 1 de janeiro.

Deliberação Ponto n.º 2: Aprovado, por maioria, com 30 votos a favor (20 RM + 9 PSD + 1 PAN) e 15 abstenções (9 PS + 3 CDU + 3 BE).

Deliberação Ponto n.º 3: Aprovada, por maioria, com 29 votos a favor (20 RM + 9 PSD), 7 votos contra (3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 9 abstenções (PS).

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -

(art.º 41.º Regimento)

O Senhor Pedro Jorge Teixeira Meneses disse que está presente em representação de um grupo de pessoas que assinou uma petição que irá ser entregue à Assembleia Municipal nos próximos dias ou na próxima semana.

Indicou que é proprietário de um alojamento local na Travessa de S. Sebastião, mas os signatários dessa petição são residentes, outros proprietários também de alojamento local, comerciantes do Mercado de S. Sebastião e residentes que se unem à volta de um problema que é comum e que espera que já todos conheçam. Disse não ser só naquela zona da cidade, mas também noutras zonas da cidade se deparam com o mesmo problema que lá se vive. Disse bastar lá passar a pé, na zona do Mercado, principalmente à tarde, quando o Mercado fecha ou ao domingo, quando também está fechado e, portanto, há menos movimento de pessoas e de turistas na rua, para se ver um espetáculo decadente de drogados, alguns também sem-abrigo, que consomem à vista de toda a gente, injetam droga e é também um local de venda, que propicia a que haja este movimento.

Esclareceu que não está presente para fazer queixa de nada, para denunciar nada, está presente para pedir ajuda, porque é uma situação inaceitável e acha que não faz sentido nos dias de hoje ter isto na cidade.

Disse que afeta a sua atividade económica, aos residentes afeta ainda mais, mencionando que tem uma vizinha que foi mãe recentemente e irá educar o seu filho naquele ambiente, o que acha que é lamentável, considerando que todos têm de tentar fazer alguma coisa.

Afirmou que o objetivo desta petição vai ser trazer esta discussão para a Assembleia.

✱



Sugeriu uma intervenção patrocinada pela Câmara, porque tem consciência de que há aqui questões que a Câmara sozinha ou que na Assembleia, conseguem resolver, estando naturalmente também a falar de situações de Polícia.

Referiu-se em concreto, para quem não saiba, à Travessa de S. Sebastião, na parte norte do Mercado São Sebastião e na entrada, que é a entrada sul, na Rua Escura, na Rua do Corpo da Guarda, nomeadamente as escadas que vão da Avenida Vímara Peres, Avenida da Ponte até à Rua do Corpo da Guarda.

Queixou-se não só do mau ambiente, mas do ruído, principalmente à noite, consumo de droga injetada à vista de toda a gente, presença de *dealers* – o que motivou que tivesse solicitado que não fosse filmada a intervenção. Explicou que drogados ou sem abrigo fazem as suas necessidades fisiológicas nomeadamente nas laterais do Mercado S. Sebastião e entre os carros que estão estacionados.

Referiu também o sentimento de insegurança e a má imagem da zona que depois se traduz da cidade e para os nossos turistas, não só os estrangeiros, mas também portugueses.

Disse que na petição fala da reabilitação do Mercado de S. Sebastião, referindo que, no âmbito do orçamento participativo, houve verbas que foram direcionadas para a Junta de Freguesia para intervir no Mercado. Disse não entender entendendo bem o que é que pode fazer com o montante de 100 mil euros, mas pelo menos, já terá sido uma tentativa de fazer algo no Mercado. Considerou que é preciso fazer uma reabilitação, não só física, o que já seria uma ajuda enorme, porque sabe que depois da reabilitação física, tudo o resto vem um pouco por acréscimo, portanto, é preciso criar novas atividades no Mercado, nas envolvências.

Afirmou que é preciso encontrar soluções criativas, não se pode simplesmente dizer que é um caso de Polícia, porque depois a Polícia também não tem recursos.

Disse não saber se as câmaras de videovigilância poderão ser uma forma de atenuar o problema. Solicitou melhor iluminação noturna, policiamento permanente, que sabe que não é em Assembleia que se podem tomar estas decisões, mas se puder patrocinar, pediu uma criação de uma esquadra temporária, por exemplo. Disse que se tem de

encontrar soluções criativas, criar uma ligação pedestre, já existente das escadas que ligam a Avenida até à Rua do Corpo da Guarda, mas tornar as escadas mais abertas, mais visíveis, que chame os turistas e as pessoas que caminham na zona, que chame as pessoas para subirem as escadas e atravessarem a Travessa de S. Sebastião ou a criação de um Grupo de Trabalho, que apresente resultados em breve.

Apresentou a sua disponibilidade para ajudar, dentro do possível, voltando a reiterar, está a pedir ajuda sendo por isso que veio.

Indicou que terá cerca de poucas dezenas de assinaturas, mas são assinaturas verdadeiras, não anda a pedir assinaturas aos pais, aos amigos, são de pessoas daquela zona.

Espera que seja um assunto que possa, pelo menos, ser discutido numa próxima sessão.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, disse que, nos termos do Regimento, os membros da Assembleia podem usar a palavra para pedir ou prestar esclarecimentos.

Relativamente à intervenção do Município, indicou que fazendo chegar uma petição, nos termos regimentais e legais, a mesma será encaminhada pelo Presidente da Mesa para o Presidente da Câmara e Vereador respetivo, para que seja dada uma resposta ou prestada informação.

Helena Maia, Membro do Grupo Municipal PS, agradeceu o seu testemunho. Disse que não é moradora, mas foi e a sua avó é moradora da Travessa de S. Sebastião e a situação é realmente decadente.

Reforçou que, há cerca de 5 sessões, pediu esclarecimentos sobre esta mesma situação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, que disse que estava a ser feito um relatório para verificar o que é que se passava e soluções. Indicou que até agora ainda não há soluções.

Disse que houve um orçamento para uma reestruturação do Mercado, contudo, o dinheiro já não existe e o plano também não. Referiu estar presente o Senhor Presidente

K
14



da União de Freguesias, Nuno Cruz, que pode prestar algum esclarecimento sobre o plano que existiu, mas que já não existe.

Pedi a todos para realmente verificar, que esta situação é muito complicada, porque é exatamente aquilo que foi referenciado.

Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S.

Nicolau e Vitoria, Nuno Cruz, disse que o plano existe, o dinheiro é que desapareceu.

Indicou que chegou à Junta de Freguesia e está a tentar resolver a situação relacionada com a verba atribuída através do Orçamento participativo. Quanto ao problema do Mercado S. Sebastião, disse que é um problema que não é do Mercado S. Sebastião, é na Rua Mouzinho da Silveira, no Fontanário, é do Mercado S. Sebastião, é do Teatro S. João, é do Parque de Estacionamento das Camélias e tem tido várias reuniões com colegas, estando completamente sensível a essa realidade, até porque é morador, portanto, sabe bem que é muito complicado. Disse que se está a tentar arranjar uma estratégia para resolver, mas há um problema, que se trata um delito, ou seja, está-se a usar o espaço público para fazer o que não devem e a PSP – Polícia de Segurança Pública tem de intervir. Indicou que tem de escrever ao MAI – Ministério da Administração Interna, um abaixo-assinado tem de ir para o MAI, tem de ir para as forças de segurança, para tentar resolver, porque a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia não consegue, porque sempre que há um delito ou um crime, tem de recorrer a quem de direito e neste caso, é a PSP, que são os responsáveis pela segurança e pelo bem-estar. Disse participar constantemente em reuniões com o Comissário da 9.^a Esquadra, e que vai abrir as casas de banho existentes no local para acabar com o que se passa lá. Disse já ter a falar com o Município e outros cidadãos e que está a fazer o trabalho que tem de ser articulado com várias forças, não pode ser a Junta de Freguesia a querer fazer sozinha, não pode ser o Presidente da Junta, não pode ser o Presidente da Câmara, que vai lá e que vai fazer. Sublinhou que tudo tem de ser articulado com a PSP e tentar resolver esse assunto. Disse ser muito sensível ao assunto que não está esquecido.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, agradeceu pela participação e espera que seja possível dar um passo positivo neste sentido, para ver se esse problema é resolvido. Como foi dito pelo Senhor Presidente da União de Freguesias, indicou que infelizmente, não é só lá pois faz o seu percurso diário de automóvel para aquela zona e vê situações muito difíceis e muito duras, nomeadamente na Rua Mouzinho da Silveira.

Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, Nuno Cruz, disse que na semana passada fez alguns telefonemas e a Proteção Civil conseguiu limpar o fontanário que se encontrava cheio de ervas e material na posse dos toxicodependentes.

Disse que conseguiu limpar naquele dia, mas no dia a seguir estava exatamente igual.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, disse que se deve continuar a lutar por isto, é a única coisa que lhe parece que pode neste momento dizer.

Indicou que quando chegar a petição, acompanhará a resolução deste problema.

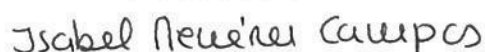
E nada mais havendo a tratar, **o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, leu e submeteu à votação a Minuta da Ata** que foi **aprovada, por unanimidade,** declarando encerrada a Sessão, eram 00h56.

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feyo de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 15.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no 11 de abril de 2022.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 11 de abril de 2022. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 15.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 09 de janeiro de 2023.

O Presidente

Sebastião Feye de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Carla Leitão